

## EXAME PAPANICOLAOU EM MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Thaysa Maria Vieira Justino\* (1); Gabriela Garcia de Andrade (1); Kalliny Mirella Gonçalves Barbosa (1); Michelle Christini Araújo Vieira (2); Margaret Olinda de Souza Carvalho e Lira (3)

1 – Acadêmico do Curso de Enfermagem, Universidade Federal do Vale do São Francisco – Univasf.

2- Doutora em Saúde Coletiva pelo Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia, docente do Curso de Enfermagem da Universidade Federal do Vale do São Francisco.

3 - Doutora em Enfermagem pela Universidade Federal da Bahia, docente do Curso de Enfermagem da Universidade Federal do Vale do São Francisco.

\*E-mail: thaysavieira2010@hotmail.com

**Resumo:** Este trabalho descreve a vivência de acadêmicas de Enfermagem durante ação de prevenção e controle do Câncer do Colo de Útero, através da coleta de material para o exame de Papanicolaou, atividade que integra o projeto de extensão intitulado “Saúde da Mulher na Prisão: uma proposta de promoção à saúde”, desenvolvido na Cadeia Pública Feminina, Petrolina-PE. Esta atividade foi priorizada pelo fato de a maioria das detentas se encontrar há mais de um ano sem realizar o exame citopatológico para a prevenção do câncer de colo de útero, doença que ocupa o terceiro tipo de câncer mais comum em mulheres brasileiras. Considerando a situação de maior vulnerabilidade em que se encontram as detentas desta unidade prisional, já que privadas de liberdade e impedidas de buscar espontaneamente um serviço de saúde, estão mais expostas para o desenvolvimento de doenças. Por questões operacionais a coleta foi dividida em etapas. Na primeira etapa foram atendidas cinco mulheres cuja coleta de material do colo uterino foi precedida de inspeção da vulva, havendo constatação de alterações como hiperemias e estado do colo do útero. Percebeu-se que embora as mulheres não tenham estranhado a presença do grupo, apenas uma permitiu a coleta do material por estudantes do sexo masculino. A experiência tem sua relevância por contribuir com a formação acadêmica, oportunizando a sensibilização sobre a importância do exame para prevenção e detecção precoce do câncer de útero especialmente em mulheres reclusas.

**Palavras-chave:** Teste de Papanicolaou, Saúde da Mulher, Prisão, Promoção à Saúde, Enfermagem.

### INTRODUÇÃO

O câncer de colo uterino constitui um problema de saúde pública de grande magnitude, pois é o quarto tipo de câncer que mais acomete as mulheres no mundo, com 530 mil novos casos por ano e causando 265 mil óbitos de mulheres anualmente (WHO, 2012). Este tipo de câncer que tem como principal causa a infecção persistente por alguns tipos do Papilomavírus Humano (HPV) e é o terceiro mais comum entre mulheres brasileiras, ultrapassado apenas pelo câncer de mama e colorretal (BRASIL, 2018).

Considerando a gravidade do problema, marcado por elevada mortalidade relacionada à doença, sua prevenção e detecção precoce se dá mediante a garantia de acesso e atenção integral, através de ações descentralizadas de intervenção diagnóstica e terapêutica, sob a responsabilidade de cada município da federação (BRASIL, 2013). Neste sentido, o rastreamento da neoplasia cervical se dá através do exame citopatológico ou Papanicolau que precisa ser garantido a todas as mulheres com idade entre 25 e 64 anos e para aquelas que já tiveram relação sexual (BRASIL, 2015).

Contextualmente todas as mulheres estão sucessíveis a desenvolver câncer de colo de útero, independentemente de determinados marcadores sociais, como etnia, religião, sexualidade, situação econômica, mulheres privadas de liberdade e em situação de rua, aquelas que se encontram na adolescência, no climatério e na terceira (BRASIL, 2013).

Ressalta-se, que a maioria das mulheres privadas de liberdade se encontra nesta faixa etária, o que aponta a importância de profissionais de saúde acompanhar com atenção essas mulheres (DELZIOVO et al., 2015). Além disso, comportamentos comumente adotados por elas, como tabagismo, atividade sexual precoce, uso raro de preservativo, multiplicidade de parceiros e a baixa escolaridade, amplia a vulnerabilidade para desenvolver câncer de colo de útero (DOS ANJOS et al., 2013).

Outro aspecto a ser considerado, se dá ao crescente número de pessoas aumento em processo de ressocialização no Brasil, especialmente a população feminina que, de acordo com dados do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) aumentou em 567,4%, entre 2000 e 2014, totalizando em 37.380 mulheres privadas de liberdade, estas representavam 6,4% da população brasileira em 2014, configurando o Brasil como o quinto país com a maior população de mulheres encarceradas no contexto mundial. (BRASIL, 2014a).

A filosofia prisional está fundamentada nos princípios de privação de liberdade com o objetivo de resgatar aqueles que entram em conflitos com as leis de sociais previamente pactuadas (MINAYO; CONSTATINO, 2015). O aumento na população carcerária, a superlotação e os problemas estruturais configuram um dos maiores problemas do sistema penitenciário (BRASIL, 2014a). No caso de unidades prisionais femininas, a maioria se encontra em instalações adaptadas de outros estabelecimentos que originalmente não foram planejados para alojar mulheres privadas de liberdade e que por questões de quantitativos possuem área e capacidade menores (BRASIL, 2008).

Portanto, as más condições desses espaços refletem diretamente na saúde de pessoas neles confinadas, especialmente quando estas são mulheres, pois sabe-se que além de sofrerem com os conceitos de uma sociedade patriarcal, estas, quando privadas de liberdade se encontram inseridas em um grupo socialmente marginalizado (MOREIRA; SOUZA, 2014).

Portanto, considerando as particularidades desse grupo, o Brasil, em 2014, instituiu a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Penitenciário (PNAMPE) visando reforçar a garantia de direitos de mulheres privadas de liberdade já prevista na Lei de Execução Penal, nº 7.210/84 (BRASIL, 2014b). Esta Política em consonância com a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher garante que toda mulher tenha direito à atendimento integral (BRASIL, 2004).

Diante dessa problemática, este trabalho relata a experiência de acadêmicos de enfermagem em um projeto de extensão, que tem como objetivo principal ações de promoção à saúde e prevenção de agravos e doenças relacionadas à saúde de mulheres privadas de liberdade.

## **METODOLOGIA**

Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência que descreve a coleta de material do colo uterino realizada por acadêmicos de enfermagem, no projeto de extensão intitulado “Saúde da mulher na prisão: uma proposta de promoção à saúde” da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), em Petrolina-PE, tendo como cenário a Cadeia Pública Feminina, que aloja 63 mulheres em processo de ressocialização.

Por tratar-se de uma unidade prisional provisória que abriga menos de 100 reeducandas, a Cadeia Pública Feminina de Petrolina-PE, não possui uma Unidade de Saúde interna, pois de acordo com o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (2004), estabelecimentos prisionais só contaram com equipes de saúde internas se encarcerar mais de 100 pessoas (BRASIL, 2004). Portanto, cabe a Secretária Municipal de Saúde de Petrolina-PE garantir que mulheres encarceradas na Cadeia Pública Feminina de Petrolina-PE sejam atendidas pela Unidade de Saúde de referência, neste caso, a AME Amália Granja (BRASIL, 2013).

Esta unidade, está instalada em um prédio adaptado que pertencia a outra instituição que, estruturalmente não foi planejado para abrigar da população carcerária. Internamente, esta

unidade carcerária possui 10 celas cada uma com um banheiro, uma delas foi modificada para ser um berçário, duas salas de aula, copa, lavanderia e uma cela especial denominada “castigo”.

A prática para realização dos exames ocorreu no mês de abril de 2018, foram atendidas 5 mulheres, com idades de 25 a 42 anos, que autodeclararam ser pardas. Para que a coleta do citopatológico fosse possível, a Unidade de Saúde de referência disponibilizou todos os instrumentos e materiais necessários, levando em consideração que a Cadeia Pública Feminina dispunha de apenas uma maca. Uma sala de aula foi adaptada para a realização dos exames com o objetivo de promover o maior conforto e privacidade possível para as mulheres atendidas, dado que a unidade em questão não dispõe de um ambulatório para atendimento. Para coletar informações da reeducanda atendida foi utilizada a ficha de Requisição de Exame Citopatológico – Colo do Útero, na qual constam dados pessoais, dados da Anamnese e Exame Clínico.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Grupo constituído por 5 mulheres com idade de 25 (1), 27 (1), 28 (2) e 42 (1) anos, todas autodeclaradas pardas e com ensino fundamental incompleto. Este perfil condiz com o traçado pelo relatório do Infopen – Mulheres, que as aponta como majoritariamente jovens. Anterior à coleta do material as mulheres foram orientadas e esclarecidas sobre o procedimento e considerando as condições de improviso, para a privacidade e minimizar desconfortos devido à exposição foi solicitado que as mulheres trouxessem uma coberta de uso pessoal. Esta medida também corrobora achados de pesquisa com mulheres que consideram que o exame pode ocasionar desconfortos físicos e psíquicos às mulheres submetidas aos procedimentos de coleta (SILVA; OLIVEIRA; VARGENS, 2016).

A coleta foi precedida de inspeção com o objetivo de avaliar a vulva, atentando para a presença de hiperemias, lesões, tamanho dos pequenos lábios e o estado do colo do útero. A técnica Papanicolau foi utilizada para coletar células do colo uterino. Durante o exame foi possível notar que algumas mulheres apresentavam leucorréia, um dos sinais de alteração que motiva a procura para se submeter ao exame citopatológico (ALVES; SÁ; SILVA, 2014).

As reeducandas não estranharam a presença de acadêmicos, porém apenas duas permitiram a presença de estudantes do sexo masculino durante a realização do exame. É comum algumas mulheres sentirem vergonha de se submeter ao exame, essa vergonha se

acentua quando o profissional a realizar a técnica é do sexo masculino (FERREIRA, 2009). Esta recusa nem sempre está ligada a fatores biológicos, mas na maioria das vezes está arraigada à preconceitos e tabus (COSTA-JÚNIOR; COUTO; MAIA, 2016).

Para Costa-Júnior, Couto e Maia (2016) as tecnologias em saúde tendem a evoluírem esquecendo que a manipulação e exposição do corpo não envolve apenas fatores biológicos, mas também fatores socioculturais, pois as dimensões de gênero estão articuladas com outros marcadores sociais como etnia, condição financeira e geração.

É importante ressaltar que antes da realização dos procedimentos de coleta todas as mulheres foram informadas da importância de realizar o exame, os passo-a-passo da coleta, possíveis resultados e que a partir deste resultado saberiam com que frequência repetir o exame. Todas elas já tinham se submetido ao procedimento pelo menos uma vez. Neves et al. (2016) investigou a percepção de mulheres acerca do exame Papanicolau e evidenciou a relevância de esclarecer mulheres sobre a importância do autocuidado na prevenção do câncer de colo uterino.

De acordo com Xavier (2017) a necessidade de aprimorar o acesso de mulheres em processo de ressocialização é nítida, precisa-se disseminar informações para que elas possam assumir medidas preventivas. Deve-se contribuir também para o fácil acesso a consultas e exames preventivos e distribuição de métodos de proteção.

No Campo de prática foi possível perceber as condições precárias da unidade prisional. Sabe-se que essa conjuntura interfere na saúde física e mental das pessoas, potencializando os sintomas (MINAYO; RIBEIRO, 2016). As mulheres privadas de liberdade são mais vulneráveis ao desenvolvimento de agravos à saúde do que população feminina em geral, além disso, contam com poucas condições de acesso a saúde (ALMEIDA et al., 2015).

Daí, o papel primordial da Atenção Básica na promoção à saúde da mulher e prevenção de agravos, tendo em vista a epidemiologia do câncer de colo de útero, seus impactos sociais, a disposição de acesso à atenção oncológica para a população e as despesas na nos atendimentos de alta complexidade cada vez mais elevados, revela-se a importância do desenvolvimento de estratégias efetivas e qualificadas com o objetivo de organizar a rede de serviços contribuindo para ofertar atenção integral à saúde da comunidade (BRASIL, 2013).

É válido ressaltar que a atividade prática de coleta de material através da técnica Papanicolau é de extrema importância para o rastreamento câncer de colo uterino contribuindo

para a promoção à saúde de mulheres reclusas, além de colaborar para o aprendizado dos extensionistas, pois a experiência contribui para a formação diferenciada dos mesmos, reforçando a importância da intersetorialidade na prevenção, promoção, recuperação e proteção à saúde.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho permitiu compreender que mulheres privadas de liberdade estão mais vulneráveis a desequilíbrios a sua saúde física e emocional pois a situação em que se encontram dificulta o acesso aos serviços de saúde, que apesar das políticas de garantias de direitos ainda não se consegue prestar a devida assistência à essas mulheres. Particularmente em relação à prevenção do câncer de colo de útero, pereceu haver uma desarticulação entre a Atenção Básica e a Unidade, já que as mulheres não podiam sair sem escolta e nem o serviço de saúde se deslocava até a unidade prisional.

Diante disto, reflete-se a importância de uma estruturação efetiva, qualificada e organizada da rede de serviços ofertados para garantir atenção integral à saúde de mulheres privadas de liberdade. Daí a relevância do presente relato para estudantes dos cursos de saúde, sobretudo para a Enfermagem, por auxiliar na compreensão de abordagens e cuidado a mulheres em situação de reclusão.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. R. C. Condição de Saúde de Mulheres Privadas de Liberdade: Uma Revisão Integrativa. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde**, v. 19, n. 1, p. 73-80, 2015. Disponível:

<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/rbcs/article/view/23890/15053> Acesso em: 10/05/18

ALVES, F. A.; SÁ, L. F.; SILVA, A. O. Incidência das Principais Doenças e Infecções Diagnosticadas Através do Exame Papanicolau no ESF Central - Itapuranga-GO - 2011-2012.

**Revista Faculdade Montes Belos (FMB)**, v. 7, n. 1, p 16-33, 2014. Disponível em: <http://revista.fmb.edu.br/index.php/fmb/article/view/106/101> Acesso em: 10/05/18

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN mulheres – Junho de 2014**. Brasília, DF, 2014a.

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. **Mulheres Encarceradas**. Brasília, DF, 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça. **Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Penitenciário**. Brasília, DF, 2014b.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Instituto Nacional de Câncer. **Diretrizes para o rastreamento do câncer do colo do útero**. Rio de Janeiro: INCA; 2015.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Câncer. ESTIMATIVA 2018. **Incidência do Câncer no Brasil**. Rio de Janeiro: INCA, 2018. Disponível em:  
<http://www.inca.gov.br/estimativa/2018/casos-taxas-brasil.asp> Acesso em: 06/05/18.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: princípios e diretrizes**. Brasília, DF, 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Controle dos Cânceres do colo do útero e de mama**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

COSTA-JÚNIOR, F. M. COUTO, M. T. MAIA, A. C. B. Gênero e cuidados em saúde: Concepções de profissionais que atuam no contexto ambulatorial e hospitalar. *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana*, n. 23, p.97-117, 2016. Disponível em:  
<http://www.scielo.br/pdf/sex/n23/1984-6487-sex-23-00097.pdf> Acesso em: 10/05/18

DELZIOVO, C. R. OLIVEIRA, C. S. de Oliveira. JESUS, Luciana Oliveira. COELHO, Elza Berger Salema. **Atenção à Saúde da Mulher Privada de Liberdade**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2015. Disponível em:  
<https://ares.unasus.gov.br/acervo/bitstream/handle/ARES/7424/Aten%C3%A7%C3%A3o%20a%20Saude%20da%20Mulher%20Privada%20de%20Liberdade.pdf?sequence=1> Acesso em: 06/05/18

DOS ANJOS, S. J. S. B. et al. Fatores de risco para o câncer de colo do útero em mulheres reclusas. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 66, n. 4, p 508-513, 2013. Disponível em:  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-71672013000400007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672013000400007) Acesso em: 10/05/18

FERREIRA, M. L. S. Motivos que influenciam a não-realização do exame de papanicolaou segundo a percepção de mulheres. *Escola Anna Nery - Revista de Enfermagem*, v. 13, n. 2: 378-84. Acesso em: 10/05/18. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ean/v13n2/v13n2a20>

MINAYO, M. C. S. **Deserdados Sociais: condições de vida e saúde dos presos do estado do Rio de Janeiro**. Editora Fiocruz: Rio de Janeiro, 2015.

MINAYO, M. C. S. RIBEIRO, A. P. Condições de saúde dos presos do estado do Rio de Janeiro, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 21, n. 7, p. 2031-2040, 2016. Disponível em:  
<http://www.scielo.br/pdf/csc/v21n7/1413-8123-csc-21-07-2031.pdf> Acesso em: 10/05/18

MOREIRA, M. A.; SOUZA, H. S. S. Vivências de mulheres aprisionadas acerca das ações de saúde prestadas no sistema penitenciário. *O Mundo da Saúde*, v. 38, n. 2, p. 219-227, 2014.

Disponível em: [https://www.saocamilo-sp.br/pdf/mundo\\_saude/155562/A11.pdf](https://www.saocamilo-sp.br/pdf/mundo_saude/155562/A11.pdf) Acesso em: 10/05/18

NEVES, K. T. Q. et al. Percepção de usuárias acerca do exame de detecção precoce do câncer de colo uterino. **Cogitare Enfermagem**, v. 21, n. 4, p. 01-07, 2016. Disponível em: <http://www.saude.ufpr.br/portal/revistacogitare/wp-content/uploads/sites/28/2016/12/45922-191553-1-PB.pdf> Acesso em: 10/05/18

World Health Organization. International Agency for Research on Cancer. **Globocan 2012: estimated cancer incidence, mortality and prevalence worldwide in 2012.**

SILVA, C. M. OLIVEIRA, D. S. VARGENS, O. M. C. Percepção de mulheres sobre o teste de Papanicolaou. **Revista Baiana de Enfermagem**, v. 30, n. 2, p. 1-9, 2016. Disponível em: [https://portalseer.ufba.br/index.php/enfermagem/article/viewFile/15239/pdf\\_45](https://portalseer.ufba.br/index.php/enfermagem/article/viewFile/15239/pdf_45) Acesso em 10/05/18

XAVIER, L. D. et al. Câncer de colo uterino e infecção sexualmente transmissível: percepção das mulheres privadas de liberdade. **Revista de Enfermagem UFPE on line**, v. 11, n. 7, p. 2743-2750, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/download/23448/19155> Acesso em: 08/05/18